

**ENTRE A EDUCAÇÃO DO
CAMPO E A LUTA PELA
TERRA: LEITURAS
ACADÊMICAS SOBRE A
ESCOLA DE ENSINO MÉDIO
PROFISSIONAL DO CAMPO
FRANCISCA PINTOS DOS
SANTOS**

**BETWEEN RURAL EDUCATION AND THE STRUGGLE FOR LAND:
ACADEMIC READINGS ON THE FRANCISCA PINTOS DOS SANTOS
VOCATIONAL RURAL HIGH SCHOOL**

Ciências Humanas • 20/10/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/792346419](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/792346419)

Neyla Moreira de Meneses¹

Ângela Maria Bessa Linhares²

RESUMO

Este artigo objetiva refletir sobre como a produção acadêmica acerca do Assentamento Antônio Conselheiro, em Ocara, Ceará, constrói e interpreta as relações entre Reforma Agrária e Educação do Campo, com enfoque na Escola de Ensino Médio Francisca Pinto dos Santos. Especificamente, analisa como Barreto (2018), Sousa (2018; 2020), Siqueira (2023) e Sampaio (2024), em dissertações defendidas entre 2018 e 2024, abordam essa problemática mediante pesquisas empíricas e leitura analítica de suas produções. O estudo ancora-se nos referenciais da Educação do Campo, especialmente Caldart (2012), Molina (2015), Oliveira e Oliveira (2025) e Lima (2025), bem como da Reforma Agrária, a partir de Stédile e Fernandes (2012), Santos (2014), Sampaio et al. (2022), Acseirad (2021) e Barbosa (2017). Metodologicamente, constitui-se como pesquisa bibliográfica, inventariante, qualitativa e documental, conforme Teixeira e Megid Neto (2011). Os resultados indicam que a Educação do Campo organiza um território de resistência política e cultural no assentamento. A escola articula a Base Diversificada do Currículo à valorização da identidade camponesa e ao enfrentamento da permanência da juventude no campo. Conclui-se que a escola atua como mediadora política das lutas pela Reforma Agrária, fundamentada em práxis emancipadora e no diálogo histórico com o MST.

Palavras-chave: Educação do Campo; Reforma Agrária e Assentamentos.

ABSTRACT

This article aims to reflect on how academic production regarding the Antônio Conselheiro Settlement, in Ocara, Ceará, builds and interprets the relations between Agrarian Reform and Countryside Education, focusing on the Francisca Pinto dos Santos High School.

Specifically, it analyzes how Barreto (2018), Sousa (2018; 2020), Siqueira (2023), and Sampaio (2024), in dissertations defended between 2018 and 2024, address this issue through empirical research and analytical reading of their productions. The study is anchored in the frameworks of Countryside Education, especially Caldart (2012), Molina (2015), Oliveira and Oliveira (2025), and Lima (2025), as well as Agrarian Reform, based on Stédile and Fernandes (2012), Santos (2014), Sampaio et al. (2022), Acselrad (2021), and Barbosa (2017). Methodologically, it constitutes a bibliographic, inventory-based, qualitative, and documentary research, following Teixeira and Megid Neto (2011). The results indicate that Countryside Education organizes a territory of political and cultural resistance in the settlement. The school links the Curriculum's Diversified Base to the valorization of peasant identity and to coping with the challenges of youth permanence in the countryside. In conclusion, it acts as a political mediator in the struggles for Agrarian Reform, grounded in an emancipatory praxis and historical dialogue with the MST.

Keywords: Rural Education; Agrarian Reform; and Settlements.

1. INTRODUÇÃO

Diante dos graves dilemas do nosso tempo, a luta pela terra, particularmente em sua feição de Reforma Agrária, e a Educação do Campo avultam em importância, pelo que representam como devir para os trabalhadores camponeses e pela intervenção na reflexão-ação que se dá no ambiente agrário e na produção da vida local.

É crescente o interesse da Academia em pesquisar sobre as indagações que abordam o campo. Nos anos de 2018 a 2024, cinco dissertações tiveram como locus o Assentamento Antônio

Conselheiro. Estas pesquisas abordaram a questão da Educação do Campo, em especial a escola existente no assentamento. Para tanto, surgiu a inquietação para o estudo: como a produção acadêmica sobre o Assentamento Antônio Conselheiro, localizado em Ocara–CE, interpreta a relação entre Reforma Agrária e Educação do Campo, a partir da experiência da Escola de Ensino Médio Profissional do Campo Francisca Pinto dos Santos?

Assim é que, neste artigo, objetivamos refletir sobre como a produção acadêmica sobre o Assentamento Antônio Conselheiro, localizado no município de Ocara-Ceará, constrói e interpreta a relação entre Reforma Agrária e Educação do Campo, focalizando a experiência da Escola de Ensino Médio Francisca Pinto dos Santos. Como objetivo específico, busca-se identificar a singularidade com que cada pesquisa referida aborda essa questão. Metodologicamente, temos um artigo do tipo “estado da arte”, configurando uma reflexão bibliográfica aprofundada, de caráter inventariante. (Teixeira; Megid Neto, 2011).

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: EDUCAÇÃO DO CAMPO E REFORMA AGRÁRIA: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS

A colonização do Brasil gera graves questões de desigualdades sociais, que levam a educação a estabelecer-se como um instrumento de resistência às formas perversas de ocupação do território brasileiro e tratamento dos povos originários. Assim, a atitude decolonialista (Reis, 2022; Mignolo, 2003, 2019; Barbosa, 2017) que hoje alcança relevo, impulsiona os movimentos sociais de resistência, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a refletir sobre a organização socioeconômica e cultural do campo, de

modo a realizar enfrentamentos necessários (Stédile & Fernandes, 2012; Santos, 2014).

A questão agrária permanece como um dos eixos estruturantes das desigualdades socioespaciais, econômico-políticas e culturais no país. No Brasil do século XXI, a concentração fundiária expressa-se ainda na expulsão histórica dos povos do campo e na subordinação da produção agrícola às oligarquias locais e ao capitalismo internacional.

No Nordeste brasileiro, e particularmente no estado do Ceará, as contradições do campo assumem contornos específicos. A região nordestina tem como ecossistema predominante a Caatinga, que possui uma vertente de resistência camponesa marcada pelo trabalho político vigoroso do MST, do qual resulta a ocupação produtiva da terra como condição de reprodução da vida e do devir camponês. Nesse contexto, os assentamentos orientados politicamente pelo MST, constituem-se não apenas como unidades produtivas consequentes à luta pela terra, mas também como campo de vida e cultura camponesa.

Neste artigo, faremos incisão no cenário das leituras acadêmicas sobre a Escola de Ensino Médio Profissional do Campo Francisca Pinto dos Santos, situada no Assentamento Antônio Conselheiro. A fundamentação teórica é construída com referenciais da Educação do Campo que aqui nos trazem Caldart (2012), Molina (2015), Oliveira & Oliveira (2025), Pinheiro et al. (2018). E autores que se dedicaram ao estudo da Reforma Agrária no Brasil, como Stédile & Fernandes (2012); Santos (2014); relacionando-a com o MST hoje (Sampaio, Oliveira e Linhares, 2022), a questão maior do capitalismo e da

biodiversidade (Acselrad, 2021), e da Via Campesina, com Lia Barbosa (2017).

A Educação do Campo, enquanto campo teórico e político, emerge no Brasil ao longo da década de 1990. A proposta de Educação do Campo foi impulsionada pelos movimentos sociais camponeses, entre os quais se destaca o MST. Foi uma resposta à insuficiência e ao caráter urbanocêntrico das políticas educacionais até então vigentes para as populações que habitavam no campo. Diferentemente da concepção de “educação rural”, que historicamente tratou o campo como espaço de atraso a ser superado pela urbanização, surgiu a Educação do Campo. Caldart, 2012; Arroyo, Caldart & Molina, 2004 propõem uma matriz formativa que parte da realidade camponesa, de seus saberes, práticas produtivas agroecológicas e projetos de vida, reconhecendo os sujeitos do campo como protagonistas de sua própria formação.

Nessa perspectiva, Molina (2015) destaca que a expansão das licenciaturas em Educação do Campo, sobretudo a partir do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), representa avanço institucional relevante. Porém, esse avanço também revela desafios e tensões quanto à sustentabilidade dessas políticas em contextos de descontinuidade governamental e de disputa orçamentária. Trata-se, pois, de um campo em permanente construção. A Educação do Campo é marcada por avanços normativos, a exemplo das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e por resistências práticas, decorrentes da precarização histórica das condições de oferta educacional no meio rural.

A articulação entre Educação do Campo e Reforma Agrária não é, portanto, meramente circunstancial, mas estrutural. Como sublinham Stédile e Fernandes (2012), a luta pela terra sempre esteve acompanhada, no horizonte do MST, como também pela reivindicação de escola, saúde e direitos sociais nos assentamentos, compreendidos como territórios de vida e não apenas como unidades de produção agrícola. Na ótica do MST, a Reforma Agrária, nesse sentido, não se esgota na redistribuição fundiária. A Reforma Agrária demanda a criação de condições materiais e simbólicas de permanência no campo, entre as quais a educação do campo ocupa lugar central.

Pinheiro et al. (2018) reforçam essa leitura ao evidenciarem que os projetos político-pedagógicos das escolas do campo vinculadas a movimentos sociais tendem a romper com a fragmentação disciplinar clássica, adotando componentes curriculares voltados à pesquisa, ao trabalho e à organização comunitária. Esses elementos: pesquisa, trabalho e organização comunitária constam nas análises das dissertações. E aparecem de modo recorrente na experiência da Escola de Ensino Médio Profissional do Campo Francisca Pinto dos Santos.

Oliveira e Oliveira (2025), por sua vez, ao investigarem a construção discursiva da agroecologia nos veículos de comunicação do MST, evidenciam como a educação do campo e a comunicação popular operam de modo convergente. Essa convergência é a afirmação de um projeto camponês alternativo ao agronegócio, fortalecendo a tese de que a Educação do Campo é também uma pedagogia de resistência política e cultural.

Do ponto de vista da Reforma Agrária, Santos (2014) argumenta que a chamada “Reforma Agrária Popular”, tática assumida pelo MST a partir da década de 2010. A proposta amplia o horizonte inicial da distribuição de terras para incorporar a defesa da soberania alimentar, da agroecologia e da organização produtiva cooperada como resposta à hegemonia do agronegócio. Esse deslocamento tático tem implicações diretas sobre a Educação do Campo. De forma que, na medida em que as escolas do campo são criadas nos assentamentos a formação dos educandos se dá na capacidade de atuar na produção agroecológica e na gestão coletiva do território. A escola do campo não é apenas a alfabetização técnica voltada à monocultura ou à mera inserção no mercado de trabalho.

Acselrad (2021), ao situar a discussão da biodiversidade no campo da política, contribui para a compreensão de que a questão ambiental não pode ser dissociada da questão agrária. A defesa da biodiversidade nos assentamentos está imbricada com os modelos de produção adotados e com os saberes que a escola do campo valoriza ou desconsidera. Essa dimensão ecológico-política, articulada à leitura decolonial (Mignolo, 2003; 2019; Reis, 2022; Barbosa, 2017), permite compreender a Educação do Campo não se encaixa somente como uma modalidade de ensino compensatória. Porém a Educação do Campo é um projeto civilizatório alternativo, que disputa sentidos sobre o que é desenvolvimento, progresso e conhecimento válido no espaço rural brasileiro.

É nesse quadro teórico — que articula Reforma Agrária, Educação do Campo, agroecologia e decolonialidade — que se situam as cinco dissertações analisadas neste artigo. Cada uma das Dissertações goza de sua singularidade e acentua, a seu modo, uma das

dimensões dessa totalidade complexa que é a experiência educativa no Assentamento Antônio Conselheiro.

3. METODOLOGIA

Este artigo metodologicamente é do tipo “estado da arte”, configurando uma reflexão bibliográfica aprofundada, de caráter inventariante (Teixeira, Megid Neto, 2011). As modalidades de pesquisas do tipo estado da arte têm tido, no Brasil, uma produção significativa, sobretudo no que concerne à análise dos resultados das pesquisas acadêmicas que se voltam a produções nas instituições do ensino superior e utilizam um recorte temporal. Lembremos que pesquisas do tipo estado da arte utilizam majoritariamente referências acadêmicas que lidam com dados primários e que, no concerto da empiria abordada, não descutam da análise teórica.

A construção da reflexão assenta-se no diálogo entre a Educação do Campo e a Reforma Agrária, no seio dos trabalhos acadêmicos referidos, identificados no corpus documental. O recorte temporal adotado (2018–2024) permite acompanhar a evolução das leituras acadêmicas sobre o território em uma temporalidade que representa uma fase de consolidação do assentamento.

Para alcançar esse desiderato elejo cinco dissertações de mestrado que tomaram como campo empírico de suas pesquisas o Assentamento Antônio Conselheiro, e que estão dentro do marco temporal de 2018 a 2024. A primeira dissertação, de Edmilson Barreto (2018), analisa a reforma agrária no Brasil a partir da experiência do assentamento referido. Antônia Sousa (2018), por sua vez, examina as relações socioespaciais nele construídas. Já Emílio

Sousa (2020) volta-se para a Educação do Campo em território camponês, tomando como estudo de caso a Escola de Ensino Médio Francisca Pinto dos Santos e a atuação de mulheres e jovens na definição de uma abordagem educacional no assentamento. Leonardo Siqueira (2023), por seu turno, discute a formação humana integral na Educação do Campo, a partir da proposta educativa da mesma escola. Por fim, Jeová Sampaio (2024) analisa a participação das juventudes que atuam nos processos políticos e pedagógicos da Escola Francisca Pinto dos Santos.

Temos como lócus da pesquisa o Assentamento Antônio Conselheiro, situado no município de Ocara, no Ceará, consolidado como território camponês em 1996, mediante a luta do MST. Focaliza-se, nele, a Escola de Ensino Médio Profissional do Campo Francisca Pinto dos Santos, que emerge como uma experiência emblemática desse processo histórico, em que se articulam trabalho coletivo, produção agroecológica, cultura, educação e participação política.

Como Seções do artigo tem-se: 4. Da discussão e análise dos resultados; suas subseções são: 4.1 A Indissociabilidade entre Terra, Território e Educação do Campo; 4.2 O Modelo Pedagógico como Estratégia de Permanência no Campo. 4. 3 A Resistência à homogeneização da produção e do conhecimento; 4. 4 A Viabilidade Econômica e o Alerta Produtivista de Edimilson Barreto; 4. 5 A Geografia da Vivência e Cartografia Social em Antônia Sousa; 4.6 As Redes Socioterritoriais e a escola como espaço de reflexão-ação e autonomia territorial do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST): conversando com Emilio Sousa; 4.7 A Arquitetura Pedagógica e o Sujeito Global de Leonardo Siqueira; e, na seção; 4. 8

O Protagonismo Juvenil e a Prática Democrática observada por Jeová Sampaio; 5, as Considerações finais.

4. DISCUSSÕES

A análise das dissertações que compõem o corpus desta pesquisa (Barreto, 2018; Sousa, 2018; Sousa, 2020; Siqueira, 2023; Sampaio, 2024) permite compreender a Escola de Ensino Médio Profissionalizante do Campo Francisca Pinto dos Santos não apenas como uma instituição de ensino desconectada do mundo camponês, mas como um lugar de reflexão educacional que se situa perfazendo a mediação política e territorial da luta pela educação do campo. Os resultados evidenciam que a produção acadêmica converge para a ideia de que a educação é indissociável da luta pela terra e da consolidação do assentamento como espaço de resistência cultural e produção da vida em comum.

4.1. A Indissociabilidade Entre Terra, Território e Educação do Campo

As pesquisas dos acadêmicos estudados evidenciam que a posse da terra é condição material que permitiu a reivindicação do direito à educação, transformando o assentamento em um solo de aprendizagem político-social (Stédile & Fernandes, 2012). A reflexão dos acadêmicos interpreta a escola como uma conquista direta da organização do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), surgindo como resposta à negação histórica do acesso à educação aos filhos dos sem-terra. A literatura acadêmica reafirma, assim, que a escola do campo nasce “debaixo das lonas”, na interação entre mulheres e crianças sob árvores, quando dos acampamentos e, depois, a luta vem sedimentando conquistas em uma escola com

formatos, conteúdos e projetos político-pedagógicos voltados para a escuta e fala dos assentados, bem como para sua vida local.

4.2. O Modelo Pedagógico Como Estratégia de Permanência no Campo

A educação no interior do assentamento Antônio Conselheiro teve início com a participação das mulheres, que socializaram seus conhecimentos junto às crianças dos assentados. Era comum que as aulas acontecessem sob as árvores, nos toldos dos acampamentos e em plena luta. A instalação das escolas nos assentamentos do MST no Ceará representou uma conquista dessa natureza. Desse modo, “essas escolas construíram seu Projeto Político-Pedagógico (PPP) fundamentado em uma proposta nacional de Educação do Campo”, resguardando a crítica e a pujante reflexão-ação do MST (Sampaio, 2024, p. 19). Assim, articularam “dinâmicas pedagógicas no marco da concepção da educação do campo para o campo, problematizando a visão histórica imposta na concepção de educação rural que se viveu ao longo da história dos povos do campo” (Sampaio, 2024, p. 19).

As análises dessas pesquisas são convergentes na afirmação de que a prática educativa ínsita na Base Diversificada do Currículo comparece como o diferencial que permite ao jovem camponês ressignificar sua identidade e ver o campo como um território viável de vida e trabalho. Nesse contexto, Siqueira (2023) estuda o lugar da Formação Humana Integral na construção do “sujeito global” e Sampaio (2024) o singulariza na formação de juventudes, no contexto socioespacial da escola e do território (Sousa, 2018).

Os componentes curriculares analisados nas dissertações demonstram uma articulação prática entre ciência e saber popular, mediados pelo Projeto de Estudo e Pesquisa (PEP), que transforma o educando em sujeito pesquisador de sua própria realidade. Já a Organização do Trabalho e Técnicas Produtivas (OTTIP) eleva o trabalho a princípio educativo, com foco na agroecologia e na convivência com o semiárido, fortalecendo a reflexão sobre a base econômica das famílias assentadas, muito especialmente laborando práticas grupais, familiares e comunitárias, como os Quintais Produtivos (Sousa, 2018).

Já a componente curricular intitulada Prática Social Comunitária (PSC) fomenta a autogestão e o protagonismo juvenil por meio dos Núcleos de Base (NBs).

Segundo Leonardo Siqueira (2023), esses elementos são fundamentais para combater o êxodo rural, por fortalecerem o sentimento de pertencimento e a preparação política dos jovens. Também por eles se situarem como produtores de saberes a partir do olhar para o meio, daí se comprometendo com a produção da vida das coletividades do lugar.

4.3. A Resistência à Homogeneização da Produção e do Conhecimento

A discussão dos resultados aponta que a Escola Francisca Pinto dos Santos é lida pela produção acadêmica estudada como um espaço de resistência crítica, centrado na leitura da experiência em diálogo com os saberes sistematizados, sobretudo em agroecologia. Assim, funciona como uma fábrica de política socioeconômica e cultural de resistência, viabilizando uma “descolonização do conhecimento”,

potente para a valorização dos saberes locais em construção, na díade escola-meio ambiente, confere Emílio Sousa (2020). Nesse solo que medram os saberes agroecológicos em pauta na escola camponesa.

A análise das produções acadêmicas revela mais, que a educação desenvolvida na escola do Assentamento Antônio Conselheiro atua como mediadora política por meio também da fecunda dialogia dos seminários, das pesquisas escolares nas comunidades do lugar, e fóruns discursivos junto ao MST, que estabelecem uma leitura da produção da vida social no território. Daí se gera uma relação teoria e prática arguta, com vertente voltada à pesquisa de campo local, e abrindo-se aos outros espaços, como propõe o projeto político camponês do MST e o da Via Campesina (Barbosa, 2017).

4.4. A Vitalidade Econômica e o Alerta Produtivista de Edimilson Barreto

A singularidade da obra de Edimilson Silva Barreto (2018) reside na sua análise crítica e empírica que utiliza o assentamento como um "laboratório" para questionar os resultados práticos da Reforma Agrária no Brasil. Ao confrontar o discurso oficial com a realidade da produção, Barreto (2018) introduz uma dicotomia essencial: o modelo distributivista versus o produtivista.

O autor argumenta que, embora a terra tenha sido dividida, o assentamento se ressentia da dificuldade em garantir a autossustentabilidade das famílias, apontando que é pouco significativa a parcela dos agricultores vinculada a cooperativas para fornecer produtos ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Para Barreto (2018), a Educação do Campo possui a

singularidade de ser um instrumento de viabilidade econômica, pois, sem uma formação que prepare o jovem para o trabalho no campo, o assentamento corre o risco de se não atingir seus grandes objetivos libertários.

4.5. A Geografia da Vivência e Cartografia Social em Antônia Sousa

Diferente da análise macroeconômica, Antônia Sandra Honório de Sousa (2018) oferece uma singularidade metodológica através da metodologia da Cartografia Social. Sua pesquisa foca na subjetividade dos sujeitos e na forma como eles percebem o espaço conquistado. A autora destaca os "quintais produtivos" como espaços fundamentais de soberania alimentar, onde a vida camponesa se reproduz cotidianamente. Nesse bojo, discute a questão feminina no assentamento.

Na temática da Educação do Campo, a singularidade de Sousa reside em tratar a cartografia como uma prática educativa e política em nível de pesquisa local. Ao promover oficinas de mapas com estudantes, observou a pesquisadora que a escola se torna um marco de organização afetiva e espacial, bem como um lugar de fortalecimento do pertencimento territorial. A autora resgata ainda a memória da gênese escolar "debaixo das lonas", transformando o ato de educar em um ato de resistência e espaço de avanço das mulheres nas lutas do campo, como o protagonizado pelo grupo Mulheres Valentes do Antônio Conselheiro.

4.6. As Redes Socioterritoriais e a Escola Como Espaço de Reflexão – Ação e Autonomia Territorial do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Conversando com Emílio Sousa

A dissertação de Emílio Lopes de Sousa (2020) particulariza sua pesquisa ao situar a escola sob a ótica da Geografia Agrária e da teoria dos movimentos socioterritoriais. Ele interpreta a instituição como uma "trincheira na luta pela reforma agrária popular", funcionando como um dispositivo de gestão e autonomia territorial do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST).

O trabalho é uma contribuição empírica única deste autor. É uma revelação da heterogeneidade discente. Emílio Sousa (2020) aponta que apenas 24% dos alunos residem no assentamento, enquanto a maioria vem de comunidades vizinhas. Isso impõe à escola o desafio singular da "descolonização do conhecimento" para jovens com visões urbanocêntricas. Além disso, Sousa mapeia as redes de saberes que conectam a escola a universidades e intelectuais orgânicos, legitimando cientificamente as pautas do campo.

4.7. A Arquitetura Pedagógica e o Sujeito Global de Leonardo Siqueira

A característica da dissertação de Leonardo Siqueira (2023) concentra-se na análise minuciosa da arquitetura pedagógica e da formação humana integral. O autor defende que a escola visa constituir o "sujeito global" — uma unidade pensante engajada na realidade, que supera o caráter tecnicista do ensino e aposta no conhecimento individual de cada educando, em contextos socializantes.

Também, Leonardo Siqueira (2023) detalha como os componentes da Base Diversificada (PEP, PSC e OTTP) funcionam como motores da interdisciplinaridade. Sua obra documenta o uso do Projeto de Estudo e Pesquisa (PEP) como actante de um projeto de "sujeito

pesquisador", capaz de gerar inovações tecnológicas como a mini-descastanhadeira (produzida no assentamento em pauta), apontando como a Educação do Campo produz soluções coletivas capazes de operar na convivência com o semiárido.

4.8. O Protagonismo Juvenil e a Prática Democrática Observada por Jeová Sampaio

Por fim, a quinta dissertação estudada é de Antônio Jeová Moura Sampaio (2024), cujo enfoque aprofunda-se sobre a participação política das juventudes. Focalizando o ambiente microssocial do assentamento Antônio Conselheiro em relação com o da Escola Francisca Pinto dos Santos, que nele se situa, mostra a interação entre a subjetividade juvenil e a organicidade das interações na escola, mediante seus Núcleos de Base (NBs).

Acompanhando a escola desde 1995, Jeová Sampaio oferece uma leitura com densidade histórica singular. Para ele, a Educação do Campo só se concretiza plenamente quando os jovens assumem a autogestão dos processos políticos da escola, deixando de ser objetos da política educacional para se tornarem sujeitos de sua própria história e das transformações do território. O grande desafio posto seria pensar a continuidade dos estudos das culturas juvenis locais, sem a necessidade de migrar para isso.

Figura 1. Parede da Escola de Ensino Médio Profissional do Campo Francisca Pinto dos Santos



Foto: Arquivo de Neyla Moreira de Meneses

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esses estudos sobre os quais nos debruçamos revelam não apenas a densidade social e política do território e os graves desafios de seus posicionamentos, ante uma sociedade com contradições muito marcadas. Também, manifestam a centralidade da Escola (no caso, a de Ensino Médio Profissional do Campo Francisca Pinto dos Santos) como mediação fundamental entre a luta pela terra, a permanência no campo e a construção de projetos educativos emancipatórios, junto aos camponeses e às juventudes.

A produção acadêmica focada configura-se, portanto, como um campo que revela o vínculo entre Educação do Campo e Reforma Agrária, trazendo memória e história da luta junto aos contextos da resistência do MST e os desafios que se apresentam hoje.

As cinco dissertações analisadas (Barreto, 2018; Sousa, 2018; Sousa, 2020; Siqueira, 2023; Sampaio, 2024) reafirmam a Escola de Ensino Médio Profissionalizante do Campo Francisca Pinto dos Santos como um território de resistência, com produção crítica e criativa de conhecimento.

A literatura acadêmica das cinco pesquisas analisadas e as que serviram de referência ratificam, em primeiro lugar, a indissociabilidade entre a luta da terra e a da educação (Caldart, 2012; Molina, 2015; Oliveira & Oliveira, 2025; Pinheiro et al., 2018).

A Educação do Campo vinca a luta pela posse da terra, ao modo coletivo, e a construção de saberes necessários à produção da vida dos sujeitos assentados e seus enfrentamentos. Ainda, vimos que a escola é apresentada pelos acadêmicos não apenas como um espaço institucional, mas como uma possibilidade de resistência cultural que materializa um direito à educação conquistado pela história da luta direcionada pelo MST.

Em segundo lugar, temos o fato de que as pesquisas estudadas convergem para a afirmação da permanente busca de um modelo formativo que fortaleça a vida camponesa e seu imaginário em comum. Isso recai sobre a necessidade de uma política de ação cultural com juventudes, que alie a escola e as comunidades dos assentamentos e as circunvizinhas. Ressalta-se que estamos convocados a responder aos desafios da não homogeneidade cultural, da produção de conhecimento local e da não migração forçada.

O desafio colocado por todos os trabalhos acadêmicos é ter-se estudos continuados em centros locais próximos ao assentamento, para os estudantes não terem de migrar. É que a escola do assentamento referido tem gerado uma não acomodação ao nível de estudo alcançado no local. Daí, tem conduzido as juventudes ao desejo da continuidade dos estudos em nível de terceiro grau e instigado a uma atuação social mediada por eles. Isso significa que é urgente - e a escola já se mobiliza nesses termos - a preparação para

um terceiro grau que não implique a migração, porquanto se luta mais intensamente agora também por compreender o campo como um lugar de vida viável e produtiva.

Assim é que, no campo, a qualificação para o trabalho pode caminhar consentânea com a inserção em uma política da vida camponesa de perspectiva socializante (Santos, 2001). São promissores os estudos e práticas de agroecologia que a Escola do Campo tem suscitado e já apontam indicadores que estão a ser refletidos pela luta do MST.

Em terceiro lugar, reafirma-se a coerência da Base Diversificada do Currículo: a Prática Social Comunitária (PSC), a Organização para o Trabalho e a Pesquisa (OTTP) e o Projeto de Estudo e Pesquisa (PSC), que são unidades curriculares, as quais se desdobram em projetos concretos, que atuam na relação escola-comunidade e se calçam em pesquisas com o corpo estudantil. Estas ações curriculares também são vistas pelos pesquisadores estudados como instrumentos teórico-práticos que articulam o saber sistematizado ao saber popular e à cultura local. Tal articulação faz da escola do campo o nó vital de uma rede socioterritorial que vincula a educação camponesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. Biodiversidade: uma genealogia política. Revista de Antropologia e Política. V.1, p.11, 2021.

BARBOSA, Lia Pinheiro; ROSSET, P.M. Educação do Campo e Pedagogia Camponesa Agroecológica na América Latina: Aportes da La Via Campesina e da CLOC. Dossiê Educ. Soc. Vol. 38, n. 140, p. 705-724, Jul-Sep. 2017.

BARRETO, Edmilson Silva. A Reforma Agrária no Brasil vista a partir do assentamento Antônio Conselheiro, Ceará. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Internacional Luso Afro Brasileira UNILAB, Redenção 2018.

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

LIMA, Roberto Pedro Jesus. Educação do campo e escola ativa: uma revisão literária. Revista Científica Excellence, v.28, n. 01, dez. 2024.

MOLINA, Mônica Castagna. Expansão das licenciaturas em Educação do Campo: desafios e potencialidades. Educar em Revista, Curitiba, n. 55, p. 145-166, jan./mar. 2015.

OLIVEIRA, Mônica; OLIVEIRA, Érica. A construção do discurso da agroecologia nos jornais do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Revista Aurora, Marília, São Paulo, v. 18, 2025.

SAMPAIO, Antônio Jeová Moura; OLIVEIRA, Rodrigo de Souza; LINHARES, Ângela Maria Bessa. As práticas sociais comunitárias e a cultura como afirmação na educação emancipatória do MST. Educação em Debate, Fortaleza, v. 44, n. 89, p. 208-226, set./dez. 2022.

SAMPAIO, Antônio Jeová Moura. A Participação dos/as Jovens Educandos/as nos Processos Políticos e Pedagógicos da Escola do Campo Francisca Pinto do Assentamento Antônio Conselheiro – Ocara/CE. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024.

SANTOS, Márcio José dos. Reforma Agrária Popular: Tática necessária para um posicionamento concreto da atualidade da questão agrária brasileira. Jornada dos Estudos Agrários, 2014.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 174 p.

SIQUEIRA, Antônio Leonardo. A formação humana integral na Educação do Campo: um olhar sobre a proposta educativa da Escola Francisca Pinto dos Santos em Ocara–CE. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, 2012.

¹ Discente do Doutorado da Pós-graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (UFC) Campus do Benfica, Fortaleza - Ceará. Professora da Rede Estadual de Ensino do Ceará E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

² Docente do Doutorado da Pós-graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (UFC) Campus do Benfica, Fortaleza - Ceará. Pós Doutora em Educação. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)